**Ricardo – 1815 – Tradução Paiva – 4 páginas**

**Um ensaio sobre a influência do baixo preço do cereal nos lucros do Capital**

mostrando a ineficácia de restrições à importação

e com observações sobre as últimas duas publicações do Sr. Malthus:

"Uma Investigação sobre a Natureza e Progresso da Renda"; e

"Motivos de um parecer sobre a política de restrição à importação de trigo estrangeiro”

**Por David Ricardo**,

Londres: Impresso por John Murray, Albemarle Street, 1815

INTRODUÇÃO

Ao tratar sobre o assunto dos lucros do capital, é necessário considerar os princípios que regem a ascensão e queda da **renda**; uma vez que a renda e os lucros, como será visto, têm uma ligação muito íntima um com o outro. Os princípios que regulam o valor do **aluguel**[[1]](#footnote-1) são brevemente apresentados nas páginas a seguir, e diferem em um grau muito pequeno daqueles que foram tão completamente e tão habilmente desenvolvidos pelo Sr. Malthus em sua última excelente publicação, da qual sou devedor. A consideração destes princípios, juntamente com aqueles que regulam os lucros do capital, me convenceu do benefício de acabar com as restrições legais à importação de cereal. Em função dos princípios gerais estabelecidos nas publicações do Sr. Malthus, estou certo de que ele detém a mesma opinião acerca da relação entre **lucro** e **riqueza[[2]](#footnote-2).** Mas, tendo em vista o perigo que ele percebe em depender do fornecimento estrangeiro para a oferta interna de alimentos, ele considera que é sábio, apesar de tudo, restringir a importação.

Não participando destes mesmos temores estimando mais as vantagens de um baixo preço do cereal, cheguei a uma conclusão distinta. Não discutirei aqui algumas objeções apresentadas em uma publicação recente do Sr. Malthus - "Motivos de uma Opinião etc.” – pois elas me parecem se basear em argumentos alheios à discussão central e incompatíveis com a doutrina geral das vantagens do livre comércio, as quais ele mesmo, por seus escritos, tão habilmente contribuiu para estabelecer[[3]](#footnote-3).

Em seu trabalho sobre a renda, o Sr. Malthus define-a muito corretamente, afirmando que esta é "a parcela do valor do produto total que cabe ao proprietário, depois que todas as despesas associadas ao seu cultivo tiverem sido pagas, incluindo nas mesmas os lucros da capital empregados, estimados de acordo com a taxa usual e comum dos lucros do capital agrícola no período".

Donde se segue que, sempre quando a taxa usual e comum dos lucros do capital agrícola e todas as despesas associadas ao cultivo de terra corresponderem exatamente ao valor da a produção, não poderá haver nenhuma renda. E quando o valor de toda a produção for exatamente igual ao valor das despesas necessárias ao cultivo, não poderá haver, nem renda, nem lucro.

No início da colonização de um país rico em terra fértil, em que a posse de uma determinada parcela de terra está ao alcance de qualquer um que decide se instalar no território, todo o produto, após a dedução das despesas associadas ao cultivo, corresponderão aos lucros do capital, e pertencerão ao proprietário de tal capital, sem dedução alguma para a renda.

Assim, se o capital empregado por um indivíduo nessas terras corresponder ao valor de 200 toneladas de trigo (das quais metade consistia de capital fixo, como edifícios, implementos, etc., e a outra metade de capital circulante), e se, depois da utilização (depreciação) do capital fixo e (incorporação) do capital circulante, o valor da produção restante for de 100 toneladas de trigo, a taxa de lucro será de cinquenta por cento ou (100 toneladas de lucro para 200 toneladas de capital)[[4]](#footnote-4).

Por um certo período de tempo, a taxa de lucro do capital agrícola pode continuar no mesmo patamar, sempre que terras igualmente férteis e igualmente bem situadas estiverem disponíveis e puderem ser cultivadas nas mesmas condições vantajosas dos primeiros colonos. **Na realidade, os lucros podem até aumentar, se – por exemplo - a população aumentar a uma taxa mais rápida que o capital e os salários caírem.** Neste caso, em vez de um capital circulante de 100 toneladas apenas 80 poderia ser necessário e a taxa de lucro subiria de 50% para 66,6% (120 toneladas de excedente sobre 180 toneladas de capital).

Os lucros também podem aumentar, porque as melhorias possam ocorrer na agricultura, ou nos instrumentos de criação, o que aumentaria a produção com o mesmo custo de produção. Se os salários subiram, ou um sistema pior da agricultura foram praticados, lucros voltariam a cair.

Vamos, no entanto, supor que nenhuma melhoria ocorreu na agricultura, e que a disponibilidade de capital e de trabalho crescem na mesma proporção, de modo que os salários reais do trabalho continuam uniformes. Assim, poderemos entender melhor quais são os efeitos peculiares que podem ser atribuídos ao crescimento do capital, ao aumento da população e à extensão de cultivo para as terras mais remotas e menos férteis.

**Imaginemos que a taxa de lucro do capital agrícola é a taxa de lucro média do capital em todos os setores, incluindo indústria e no comércio interno e externo.**  Por quê? Porque se os lucros sobre o capital empregado no comércio fossem mais de cinquenta por cento, o capital seria retirado da terra e passaria a ser empregados no comércio. Se fossem menos, o capital seria retirado de comércio para agricultura.

Depois que toda a terra fértil na vizinhança imediata dos primeiros colonos tiver sido cultivada, se o capital e a população aumentarem, mais alimento será demandado, e este só poderá ser obtido a partir da produção em terras situadas em terrenos menos apropriados. Mesmo supondo que toda a terra seja igualmente fértil, a mera distância dos centros consumidores imporá a contratação de mais trabalhadores e meios de transporte para deslocar o produto desde o local em que foi cultivado até o local em que será consumido. Assim, embora nenhuma alteração ocorra na taxa de salários, seria necessário empregar um volume maior de capital para obter o mesmo produto. Suponhamos que esta adição seja 10 toneladas de trigo, de sorte que todo o capital empregado na nova terra seria equivalente ao valor de 210 toneladas. Consequentemente, os lucros do capital deveriam cair de 50% para 43% por cento, ou seja, 90 toneladas de lucro para 210 toneladas de capital empregado.

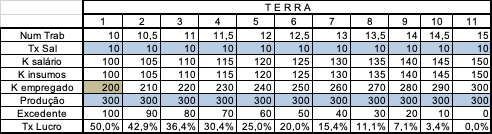
Na área cultivada inicialmente, o retorno seria o mesmo de antes, ou seja, cinquenta por cento ou 100 toneladas de trigo sobre um capital de 200 toneladas de trigo. **Mas os lucros gerais do capital são regulados pelos lucros obtidos sobre o seu emprego menos rentável.** De sorte que se imporia uma divisão das 100 toneladas, de tal forma que a taxa de luro caísse para 43%. Este processo se daria através da emergência de uma renda da terra. O lucro ficaria reduzido a 85,71 toneladas (que proporciona uma taxa de lucro de 43% sobre um capital de 200 toneladas) e 7% (as demais 14,29 toneladas do excedente) seriam transformadas em renda do proprietário da terra. E que esta divisão deverá ocorrer é algo evidente se consideramos que o empresário que tem a propriedade de um capital no valor de 210 toneladas de trigo buscará obter a melhor taxa de retorno possível para a aplicação do mesmo, seja cultivando em terras mais distantes, seja pagando uma renda para os proprietários das terras mais bem situadas.

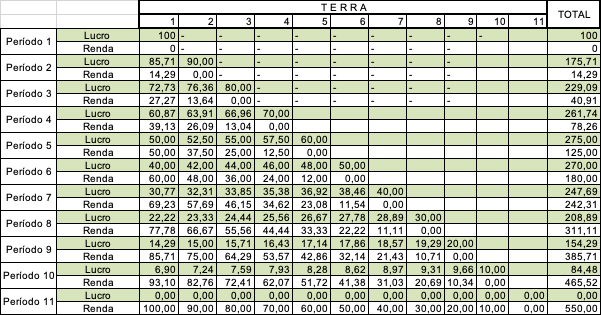
Neste estágio, a taxa de lucros sobre todo e qualquer capital empregado no comércio deverá cair para 43%. Se, com o progresso da população e da riqueza, for necessário produzir em novas terras, será necessário empregar (seja em função da maior distância ou da pior qualidade do solo) um volume maior de capital. Seja, por hipótese, de 220 toneladas de trigo o capital necessário para cultivar na terceira faixa de terra. Se a produção total se mantiver em 300 toneladas, o excedente será de 80 toneladas, o que proporciona uma taxa de lucro de 36,4%. Neste caso, a segunda porção de terra cultivada passará a gerar uma renda, pois o excedente de 90 toneladas passará a ser dividido entre o empresário-capitalista (que irá auferir 76,36 toneladas) e o dono da terra (que ira auferir 13,64 toneladas). E os lucros de todas as aplicações de capital tão cairão para 36,4%.

Assim, na medida em que mais porções de terra de qualidade inferior ou situadas em regiões menos favorecidas são incorporadas ao cultivo, a renda emergirá na terra previamente cultivada e os lucros cairão exatamente na mesma proporção. E se a diminuição da taxa de lucro não determinar uma queda na velocidade da acumulação global, não haverá limites para a elevação da renda e a queda dos lucros.

O TEXTO DE RICARDO CONTINUA. NO PARÁGRAFO SEGUINTE ELE DIZ O SEGUINTE. DAQUI PARA A FRENTE SUA TESE FICA BEM MAIS COMPLEXA NÃO NOS INTERESSA ACOMPANHAR. O ESSENCIAL ESTÁ ACIMA

Os efeitos são precisamente semelhantes aos que resultam da utilização de melhores máquinas em um estabelecimento. Embora a utilização da máquina está confinado a um, ou alguns poucos fabricantes, eles podem obter lucros anormais, porque eles estão habilitados a vender suas mercadorias a um preço muito acima do custo de produção - mas assim que o máquina torna-se de uso geral para todo a indústria, o preço das mercadorias cair ao custo real de produção, deixando apenas os lucros habituais e ordinários.





1. *Nota Paiva:* Ricardo usa os termos **“aluguel”** e **“renda”** alternadamente como sinônimos. Isto ainda é usual na ciência econômica. O termo **“renda”** carrega este duplo sentido desde seu nascimento. Ele é, simultaneamente, todo e qualquer rendimento – seja salário, lucro, juro, mesada, pensão alimentícia, dividendos, ou aluguéis, e é, simultaneamente, o nome privilegiado para **renda da terra**, que é uma forma particular de ... **aluguel da terra.** [↑](#footnote-ref-1)
2. *Nota Paiva:* Como Ricardo usa o termo “renda” para “aluguel da terra” ele se vê constrangido a usar “riqueza” para se referir à soma de todos rendimentos, vale dizer, à soma de todas as rendas, àquilo que hoje chamamos de **renda nacional. Ninguém mais, na atualidade, confunde RENDA com RIQUEZA. Aliás, só o Bonner e a Renata Vasconcellos confundem, que definem o PIB como a soma de todas as “riquezas produzidas no país”. Isto é um completo absurdo!** Riqueza é tudo o que fica, o que se preserva no tempo, o que tem a forma de estoque: máquinas, terras, cultura, conhecimento. Renda é fluxo: a de um dia é um décimo da renda de dez dias um trigésimo da renda de um mês. Riqueza não muda. Renda muda. [↑](#footnote-ref-2)
3. ***Nota Paiva:***A disputa de Ricardo e Malthus está na base das Corn Laws inglesas e de todo o anti-protecionismo e livre cambismo vigente após a derrota de Napoleão em 1815 (ano da publicação deste mui famoso ensaio). **Desde então, o Reino-Unido nunca mais adotou políticas agrícolas protecionista. Mesmo quando ingressou na União Europeia se recusou a sustentar a onerosa política protecionista agrícola continental.** Sempre preferiu importar donde era mais barato. E nem só da região do Commonwealth. Muita disputa teve com Canadá, Nova Zelândia, Índia e África do Sul por privilegiar importações mais baratas da Argentina. **Por sobre os “ombros deste texto se ergue (ou sucumbe) o peso do Brexit”** [↑](#footnote-ref-3)
4. *Nota Paiva:* Veja os quadros ao final do texto para acompanhar a exposição. [↑](#footnote-ref-4)